



Número: **0600868-51.2020.6.16.0008**

Classe: **RECURSO ELEITORAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Carlos Alberto Costa Ritzmann**

Última distribuição : **09/11/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0600664-31.2020.6.16.0000**

Assuntos: **Irregularidades dos Dados Publicados em Pesquisas Eleitorais, Pesquisa Eleitoral - Divulgação de Pesquisa Eleitoral Fraudulenta**

Objeto do processo: **Da decisão exarada nos autos de Representação nº 0600868-51.2020.6.16.0008 que deferiu o pedido, no sentido de indeferir o registro da pesquisa e por consequência a sua divulgação sob pena de multa no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para cada representado. (Representação que trata de impugnação de pesquisa eleitoral, proposta por Rede Sustentabilidade - São José dos Pinhais - PR - Municipal em face de IRG Pesquisa Ltda., Eliel Sergio Rogenski diante da ausência de requisitos fundamentais à divulgação de pesquisa registrada na Justiça Eleitoral, PR-05219/2020, para o cargo de Prefeito, em São José dos Pinhais/Pr, com registro em 28/10/2020 e divulgação em 03/11/2020. Sustenta que o artigo 33 da Lei 9504/1997 determina que empresas que se propõem a realização de pesquisas de opinião atendam diversos quesitos para registro e divulgação das mesmas. Dentre eles, revestem-se de extrema importância o plano amostral e a ponderação quanto ao sexo, idade, grau de instrução, nível econômico e área física de realização do trabalho, dentre outros. O representante alega a não observância pelas empresas dos quesitos relativos ao nível econômico, notadamente quanto à classificação da população economicamente ativa e não ativa, bem como quanto ao uso equivocado de dados obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, equívocos estes que, em tese, poderiam causar grave vício à veracidade e confiabilidade da pesquisa, cujo pedido liminar foi indeferido). RE6**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
IRG CONSULTORIA E PRESTACAO DE SERVICO LTDA - ME (RECORRENTE)		VALQUIRIA APARECIDA DE CARVALHO (ADVOGADO)	
REDE SUSTENTABILIDADE - SAO JOSE DOS PINHAIS - PR - MUNICIPAL (RECORRIDO)		ROOSEVELT ARRAES (ADVOGADO)	
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
22257966	14/12/2020 18:06	Decisão	Decisão



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

RECURSO ELEITORAL (11548) 0600868-51.2020.6.16.0008

RECORRENTE: IRG CONSULTORIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO LTDA - ME

Advogado do(a) RECORRENTE: VALQUIRIA APARECIDA DE CARVALHO - PR0034199

RECORRIDO: REDE SUSTENTABILIDADE - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR - MUNICIPAL

Advogado do(a) RECORRIDO: ROOSEVELT ARRAES - PR0034724A

RELATOR: CARLOS ALBERTO COSTA RITZMANN

VISTOS ETC.

I – Relatório

1.Trata-se de **Recurso Eleitoral** interposto pelo instituto de pesquisa **IRG – CONSULTORIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA**, em face da sentença proferida pelo Juízo da 008ª Zona Eleitoral de São José dos Pinhais/PR, que julgou procedente a Representação Eleitoral por pesquisa irregular, para determinar a proibição de divulgação da pesquisa eleitoral registrada sob o número PR-05256/2020.

2.Em suas razões recursais (ID 18185916) a Recorrente alegou, em suma, que inexistem nos autos a comprovação de quaisquer irregularidades na pesquisa eleitoral registrada, portanto não há que se falar em proibição da divulgação dos resultados, muito menos em procedência da representação.

3.Ao final, pleiteou pelo conhecimento e provimento do recurso para a reforma da sentença recorrida, com a decorrente integral procedência da demanda para declarar a regularidade da Pesquisa Eleitoral nºPR-05219/2020.

4.A Recorrida, devidamente intimada, ofereceu contrarrazões (ID 18186216).

5.A Procuradoria Regional Eleitoral emitiu parecer manifestando-se pelo desprovimento do recurso interposto pela empresa **IRG CONSULTORIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA**(ID 18897816).

É o relatório.

II – Da decisão e seus fundamentos



6. Passo a decidir, com fulcro no disposto no artigo 31, inciso IV, do Regimento Interno deste Tribunal Regional Eleitoral.

7. Conforme relatado, o recorrente busca a reforma da sentença proferida pelo Juízo da 008ª Zona Eleitoral de São José dos Pinhais/PR, para julgar improcedente a representação eleitoral, reconhecendo a legalidade da pesquisa registrada sob o número PR-05219/2020 e autorizar sua divulgação.

8. Contudo, com a advento do pleito no dia 15.11.2020, verifica-se a ocorrência da perda do objeto recursal de divulgação dos resultados da pesquisa de intenção de votos realizada para as eleições naquele município.

9. Isso porque houve alteração fática superveniente prejudicial à análise do mérito, qual seja a superveniência do pleito, prejudicando assim o interesse recursal.

10. **ISTO POSTO**, diante da argumentação acima expendida, **não conheço** recurso eleitoral interposto por **IRG – CONSULTORIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA**, eis que ausentes os requisitos para sua admissibilidade, **diante da perda superveniente do objeto**.

11. Realizem-se as diligências necessárias.

Publique-se. Registre-se. Intime-se na forma do artigo 64 da Resolução TSE nº23.608/2019.

Curitiba, *datado eletronicamente*.

Carlos Alberto Costa Ritzmann

Relator

